

# MEMÓRIA E BIOGRAFIAS DA RESISTÊNCIA NA BIBLIOTECONOMIA: DOCUMENTOS E TESTEMUNHOS

MEMORY AND BIOGRAPHIES OF  
RESISTANCE IN LIBRARY SCIENCE:  
DOCUMENTS AND TESTIMONIES

Luane Neves de Souza Porto

**ORCID:** <https://orcid.org/0000-0002-7904-1790>

Mestre do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Brasil.

E-mail: luane.sporto@gmail.com

Maria Guiomar da Cunha Frota

**ORCID:** <https://orcid.org/0000-0002-5323-1879>

Doutora em Sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), Brasil. Professora Titular da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Brasil.

E-mail: frotaguiomar63@gmail.com

**RESUMO:** Este artigo aborda a trajetória de bibliotecários, bibliotecárias e estudantes de Biblioteconomia na resistência à ditadura civil-militar no Brasil (1964–1985). O objetivo é analisar as estratégias adotadas, evidenciar as formas de enfrentamento e a atuação política desses profissionais. A pesquisa documental, exploratória e qualitativa baseia-se na análise de registros oficiais do Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN), principalmente dos fundos do Serviço Nacional de Informações (SNI) e da Comissão Nacional da Verdade (CNV). Foram reconstruídas as trajetórias de sete sujeitos, cuja atuação abrange desde militância armada até práticas cotidianas de preservação da informação. Os resultados revelam um panorama diversificado, incluindo ações coletivas em organizações políticas, redes de apoio e preservação de acervos censurados. Destaca-se o papel ético e político do bibliotecário, que ultrapassa o espaço físico das bibliotecas, envolvendo a defesa da democratização do conhecimento e dos direitos humanos. O artigo reforça a importância do reconhecimento histórico dessas trajetórias e do fortalecimento da memória como instrumento para a construção de uma sociedade democrática.

**PALAVRAS-CHAVE:** biblioteconomia; ditadura militar brasileira; resistência política; censura.

**ABSTRACT:** This article examines the trajectory of librarians and library science students in resisting the military dictatorship in Brazil (1964–1985). Its objective is to analyze the strategies adopted, highlight forms of resistance, and the political engagement of these professionals. The exploratory and qualitative documentary research is based on the analysis of official records from the National Archive Information System (SIAN), mainly from the National Information Service (SNI) and the National Truth Commission (CNV) collections. The study reconstructs the trajectories of seven individuals whose activities range from armed militancy to everyday practices of information preservation. The results reveal a diverse panorama, including collective actions within political organizations, support networks, and the preservation of censored collections. The ethical and political role of librarians is emphasized, extending beyond the physical spaces of libraries, involving the defense of knowledge democratization and human rights. The article underscores the importance of historically recognizing these trajectories and strengthening memory as a tool for building a democratic society. This study aims to contribute to academic debate and to the critical training of information professionals.

**KEYWORDS:** library science; Brazilian military dictatorship; political resistance; censorship.

## 1 INTRODUÇÃO

A América Latina, incluindo o Brasil, vivenciou nas décadas de 1960 a 1980 um período de grande turbulência política e social, marcado por crises institucionais e regimes autoritários que impactaram profundamente as estruturas democráticas e os direitos civis. No Brasil, a instabilidade política se intensificou após a renúncia do presidente Jânio Quadros em 1961 e a posse de João Goulart, cuja agenda reformista despertou temores entre setores conservadores e elites econômicas, além de ser alvo de forte interferência dos Estados Unidos, preocupados com a expansão de regimes socialistas na região. Esse contexto culminou no golpe militar de 1964, que instaurou um regime autoritário que durou mais de duas décadas, caracterizado pela suspensão das garantias democráticas, censura, repressão sistemática e violações dos direitos humanos.

O regime militar brasileiro implantou uma estrutura repressiva complexa e articulada, centralizada em órgãos como o Serviço Nacional de Informações (SNI) e o Sistema Nacional de Informação e Contrainformação (SISNI). Conforme destacado por Thiesen e Frota (2020), o SISNI compreendia um conjunto de 16 órgãos civis e militares que, ao longo do regime, foram se institucionalizando e ampliando seu alcance para além das estruturas estritamente militares, infiltrando-se em instituições civis estratégicas, como universidades. Essa rede repressiva tinha como objetivo controlar, censurar e restringir a circulação da informação e monitorar opositores políticos, configurando um ambiente de vigilância constante que afetou diretamente as liberdades individuais e a circulação do conhecimento.

O impacto desse aparato repressivo também foi sentido especialmente na área das Ciências da Informação, sobretudo após a promulgação do Decreto-Lei nº 1.077/70, assinado pelo general Emílio Garrastazu Médici (1969-1974). O conteúdo do decreto revela o caráter autoritário e repressivo da medida, ao dispor:

Art. 1º - Não serão toleradas as publicações e exteriorizações contrárias à moral e aos bons costumes, quaisquer que sejam os meios de comunicação.

Art. 2º - Caberá ao Ministério da Justiça, através do Departamento de Polícia Federal, verificar, quando julgar necessário, antes da divulgação de livros e periódicos, a existência de matéria infratora da proibição enunciada no artigo anterior (Brasil, 1970).

As bibliotecas, centros de documentação e arquivos foram submetidos a rigorosos controles e censuras, tendo seus acervos vigiados e limitados em sua composição, o que restringiu o acesso aos conteúdos considerados subversivos pelo regime. Esse impacto também foi sentido nas universidades, sobretudo nas públicas. A política institucional contribuiu para o silenciamento de vozes e para a conformação de um ambiente de medo. Na prática, a censura incidiu sobre a publicação e circulação de livros, revistas e jornais comprometendo a liberdade de expressão e a democratização do acesso à informação.

Apesar do crescimento de estudos que investigam a censura e a repressão no Brasil, sobretudo em relação a publicações e produções culturais, a atuação de bibliotecários, bibliotecárias e estudantes de Biblioteconomia durante esse período permanece pouco explorada. Enquanto categorias como historiadores, jornalistas e advogados são frequentemente mencionadas nas narrativas e análises históricas, os profissionais da informação têm sua presença pouco visibilizada, sugerindo um apagamento histórico e uma lacuna importante na compreensão das estratégias de resistência à repressão.

Diante desse cenário, a questão central que orienta esta pesquisa é: quais estratégias de resistência foram adotadas por bibliotecários, bibliotecárias e estudantes de Biblioteconomia para enfrentar a censura e repressão durante a ditadura militar no Brasil?

Assim, o objetivo deste artigo é analisar essas estratégias e identificar as formas de enfrentamento de atuação política desses profissionais, contribuindo para a recuperação de parte da memória profissional, promovendo reflexão acerca do

papel ético e político dos profissionais da informação. Para tanto, a investigação baseia-se na análise documental de arquivos oficiais disponíveis no Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN), especialmente os fundos do SNI e da Comissão Nacional da Verdade (CNV) visando reconstruir parte da trajetória de alguns dos profissionais identificados por Porto, são eles: Antonio Agenor Briquet de Lemos, Edvaldo Assis, Gerusa Rosas, Ima Noronha, Mercedes Galvão, Sara Jakobson d Sergio Tomaz da Silva.

O estudo enfatiza a importância das memórias e da documentação para a reconstrução das múltiplas facetas históricas da Biblioteconomia e da Ciência da Informação no Brasil, evidenciando a diversidade de estratégias adotadas, que vão desde o apoio informal à resistência até o envolvimento em atividades de contrainformação e luta armada. Assim, além de reconhecer essas histórias, a pesquisa contribui para a reflexão sobre o papel do profissional da informação enquanto cidadão(ã), sujeito político e ético. A recuperação dessas memórias é fundamental para que a categoria profissional possa se reconhecer em sua dimensão social e histórica, fortalecendo o compromisso com a liberdade de acesso à informação e à democracia.

Portanto, este artigo busca evidenciar a atuação desses profissionais de informação que desempenharam um papel relevante, embora muitas vezes oculto, na resistência à ditadura militar. O trabalho pretende ampliar o debate acadêmico, resgatar memórias fundamentais e reforçar a importância da preservação documental e da ética profissional no enfrentamento de regimes autoritários.

## 2 O CAMINHO METODOLÓGICO DO ESTUDO

Esta pesquisa adota uma abordagem documental e exploratória, de natureza descritiva e qualitativa, com o objetivo de recuperar e analisar a trajetória de resistência de bibliotecárias, bibliotecários e estudantes de Biblioteconomia durante a ditadura militar. A investigação tem como ponto de partida o levantamento realizado

por Porto (2021), que identificou através de documentos do SIAN um grupo de 37 estudantes e profissionais envolvidos em atos de oposição ao regime, servindo como base para a ampliação e aprofundamento do estudo.

A partir desse levantamento preliminar quantitativo, a pesquisa avançou para uma análise mais detalhada das circunstâncias que caracterizam a militância desses indivíduos, suas redes de colaboração e as formas de repressão que enfrentaram. Fundamenta-se na análise de um conjunto de documentos históricos, incluindo registros oficiais, arquivos da repressão, documentos sigilosos, periódicos da época, depoimentos e relatórios das Comissões da Verdade. A revisão bibliográfica abrange campos interdisciplinares como Biblioteconomia, Ciência da Informação, Ciências Sociais e História, proporcionando um referencial teórico sólido.

A pesquisa documental concentrou-se no SIAN, onde no período de 2022 a 2024 foram identificados 520 documentos em 12 fundos distintos, relacionados à vigilância, monitoramento, perseguição e repressão aos nomes identificados por Porto (2021). A busca foi sistemática, combinando estratégias diversas: consulta aos fundos arquivísticos de órgãos repressivos, buscas nominais por nomes completos, variações e abreviações, além da pesquisa por palavras-chave ligadas à Biblioteconomia, instituições acadêmicas e movimentos estudantis. Essa abordagem ampliou a identificação de registros relevantes.

Os documentos analisados incluem dossiês individuais e coletivos, relatórios sobre atividades consideradas subversivas, processos administrativos e judiciais, alvarás de soltura, depoimentos e relatórios de prisão, além de registros de punições acadêmicas e governamentais. Essa diversidade documental permite evidenciar a amplitude e a complexidade da repressão sofrida, bem como as estratégias represivas institucionais adotadas para marginalizar opositores.

## 2.1 O GOLPE DE 1964 E A BIBLIOTECONOMIA

O período que antecedeu o golpe civil-militar de 1964 foi marcado por intensos conflitos sociais e políticos, nos quais diversos setores da sociedade buscaram

mudanças estruturais no país. Movimentos de trabalhadores, estudantes, campesinos e militares de baixa patente expressavam demandas por reformas políticas e sociais que visavam ampliar a democracia e a justiça social. Entretanto, essas legítimas reivindicações foram frequentemente interpretadas pelas elites dominantes como ameaças à ordem estabelecida, sendo associadas a discursos de subversão e desordem.

[...] as classes dominantes e suas elites ideológicas e repressivas, no pré-64, apenas enxergavam baderna, anarquia, subversão e comunização do país diante de legítimas iniciativas dos operários, camponeses, estudantes, soldados e praças etc. Por vezes, expressas de forma altissonante e retórica, tais demandas, em sua substância, reivindicavam o alargamento da democracia política e a realização de reformas do capitalismo brasileiro (Toledo, 2004, p. 15).

Durante o primeiro ano do governo Castello Branco, no contexto de repressão e controle social, foi criado o SNI, peça central da estrutura repressiva da ditadura, responsável pela vigilância, censura e perseguição a opositores políticos. Sob consultoria norte-americana, o SNI formava, junto com as Divisões de Segurança e Informações (DSIs), a denominada “comunidade de informações”, cujo funcionamento baseava-se na coleta e classificação sigilosa de dados sobre indivíduos, incluindo levantamentos biográficos e “fichas conceituais” que avaliavam aspectos ideológicos e pessoais dos alvos (Fico, 2003, p. 179).

As informações coletadas eram distribuídas entre órgãos governamentais competentes, reforçando a articulação da repressão em diversas esferas. A atuação do SNI e seus congêneres consolidava o aparato repressivo e a lógica autoritária do regime.

Chaffe (2009, p. 22) destaca que, em um governo ditatorial, as memórias são deliberadamente manipuladas, reduzidas ao nada ou ao que for conveniente para o regime, que suprime qualquer forma de contradição, limitando-se às narrativas propagandísticas do Estado. Nesse contexto, as bibliotecas também se tornam es-

paços de manipulação deliberada, atuando em um papel contrário à sua essência.

Para Vergueiro (1987):

Os bibliotecários brasileiros não possuem tradição de luta contra a censura em bibliotecas, muito embora as mesmas tenham sofrido, tanto no passado como na atualidade, atentados que visavam restringir a liberdade intelectual dos usuários [...] A preocupação com práticas de censura que atingem a biblioteca nunca poderá ser considerada sem qualquer proveito. Bibliotecários brasileiros, por razões de formação acadêmica e antecedentes históricos, encontram-se despreparados para enfrentar censores oficiais ou particulares [...] (Vergueiro, 1987, p. 21, 25).

Enquanto categoria profissional, como sugere Vergueiro, os profissionais de Biblioteconomia de fato não são os mais conhecidos por seu combate à censura. Entretanto, a história prova que, mesmo em momentos delicados, alguns se posicionaram como podiam — nas salas de aula, como alunos ou professores; nos sindicatos; nas bibliotecas, centros de documentação e em outros espaços — para resistir da forma possível.

Parte dessa história é relatada na entrevista concedida pelo ilustre Professor Antônio Agenor Briquet de Lemos a Leitão (2011, p. 132-134), na qual é relatado que Lemos foi o primeiro a expor publicamente a questão da censura às bibliotecas no Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação (CBB) de 1979, realizado em Curitiba (PR).

Sua intervenção provocou grande polêmica, gerando repercussão na mídia, especialmente no jornal O Estado de S. Paulo. Enquanto Lemos expunha abertamente as dificuldades enfrentadas pelas bibliotecas brasileiras, outros colegas do meio se mostraram surpresos com sua fala e negaram qualquer tipo de censura nas bibliotecas do país, revelando uma desconexão com o que realmente estava acontecendo nos bastidores.

Nesta entrevista Lemos reafirmou que, durante o período da ditadura civil-militar, ele e outros colegas bibliotecários da Universidade de Brasília (UnB)

tinham uma grande preocupação com a segurança dos livros que circulavam nas bibliotecas, temendo que, em momentos de repressão, esses materiais fossem alvo de censura. Segundo Lemos, era comum que bibliotecários retirassem exemplares considerados “suspeitos” das estantes e os escondessem, com a esperança de que, em algum momento, a situação política mudasse e os livros pudessem ser novamente acessados pelo público.

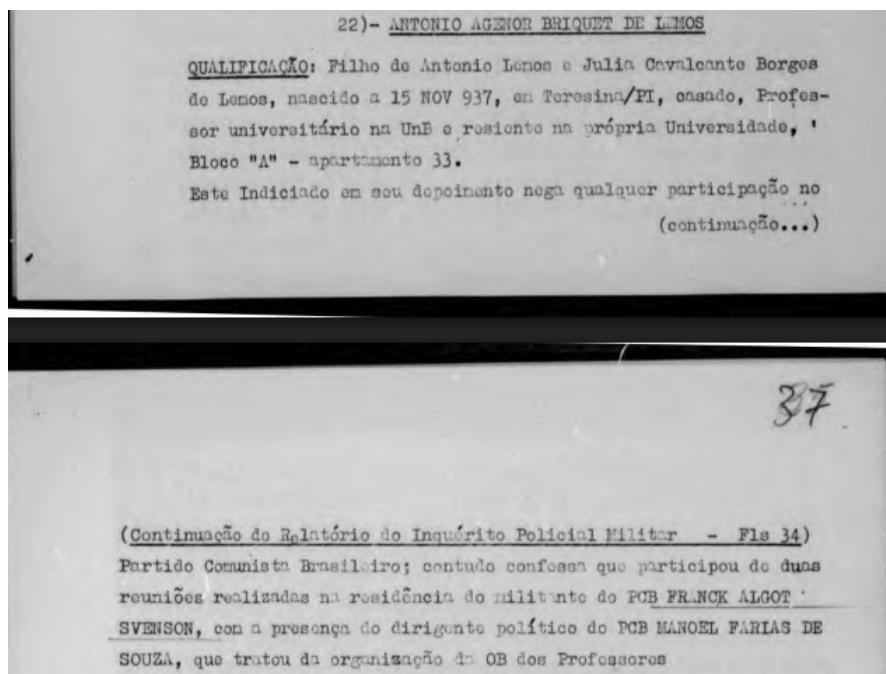
Ele relembra com clareza: “Vi, mais tarde, numa caixa-forte, exemplares de livros que os próprios bibliotecários haviam retirado das estantes e guardado, dizendo: Vamos preservar! Porque um dia a situação muda e isso pode voltar a circular”. Lemos também mencionou que a biblioteca da UnB chegou a ser invadida por censores, o que apenas confirmava o acompanhamento e censura constantes sobre o que se lia e se estudava no país naquele período.

Segundo a obra de Araújo (2002), que também figura em uma lista de estudantes relacionados a atividades subversivas por ser integrante da gestão de 1983 do Centro Acadêmico dos Estudantes de Biblioteconomia da Universidade Federal de Goiás (UFG), *A palavra e o silêncio: biblioteca pública e estado autoritário no Brasil*, o regime militar buscava não apenas a censura, mas o monopólio total do processo cultural, com a pretensão de ser “o criador da cultura (o autor), o transmissor da cultura (o livro) e o assimilador da cultura (o leitor e/ou usuário da biblioteca)”, estando presente até mesmo dentro do Instituto Nacional do Livro (INL), que entre 1967 e 1970, sob a direção de um general, tornou-se um órgão central no controle cultural do regime, implementando um sistema de coedição que conferia ao Estado o poder de veto sobre as publicações.

No SIAN, o nome de Lemos consta em 27 registros datados do período ditatorial, o que indica que ele era alvo de um determinado grau de monitoramento, sobretudo por sua participação ativa em movimentos associativos. O primeiro desses registros data de 1971. Entre esses documentos, destaca-se um pedido de checagem de antecedentes feito pelo Ministério das Relações Exteriores, relacionando à candidatura de Lemos a um cargo na Organização das Nações Unidas para a

Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). A Agência Central do SNI respondeu a essa solicitação informando que o professor havia mantido vínculos com o Instituto de Pesquisa e Memória (IPM), a União Nacional dos Estudantes (UNE) e a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES) em 1965 — organizações que, à época, eram consideradas subversivas pelo regime.

**Figura 1** - Documento da Agência Central do SNI sobre Lemos



**Fonte:** Brasil (1973).

Além disso, Lemos participou, em 1961, de um curso de férias no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), um centro voltado às ciências sociais, reconhecido por seu pensamento crítico e progressista. O ISEB foi depredado e extinto apenas treze dias depois do golpe, sendo classificado como um reduto de ideias “subversivas” pelo regime autoritário.

Outra profissional monitorada de perto foi Sara Jakobson, natural de Porto Alegre (RS), que atuou como servidora na Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul. Assim como Lemos, Sara teve significativa participação no movimento

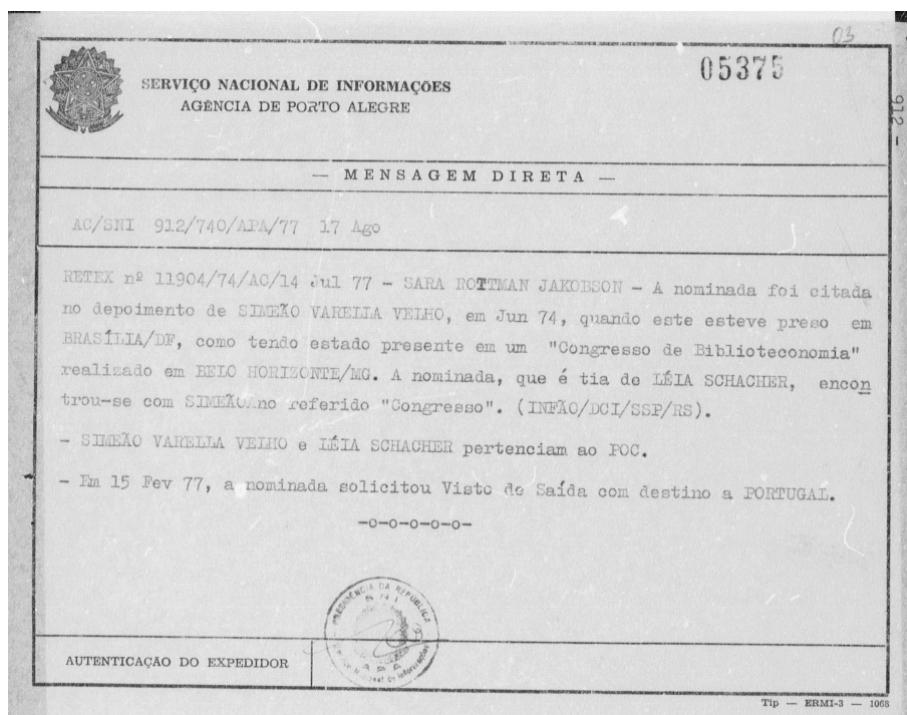
associativo, integrando a diretoria do Conselho Regional da 10ª Região entre 1970 e 1975, da Associação Riograndense de Bibliotecários (ARB) em 1970 e da antiga Associação Brasileira de Escolas de Biblioteconomia e Documentação (ABEBD)<sup>1</sup> entre 1973 e 1975.

<sup>1</sup>  
Atual Associação Brasileira de Educação em Ciência da Informação (ABECIN).

No campo acadêmico, lecionou Catalogação na Escola de Biblioteconomia e Documentação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e publicou, em coautoria com Evangelina Veiga, o artigo Índice em Cadeia (1974) na *Revista Ciência da Informação*, do então Instituto Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação<sup>2</sup>. Além disso, participou de diversos eventos da área, consolidando sua atuação profissional e política.

<sup>2</sup>  
Atual Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT).

**Figura 2** - Documento da Agência de Porto Alegre do SNI.



**Fonte:** Brasil (1982).

O nome de Sara Jakobson foi mencionado no depoimento de Simeão Varella Velho, prestado em junho de 1974, no qual relatou ter se encontrado com ela du-

rante o CBBD, realizado em Belo Horizonte (MG), entre 4 e 10 de julho de 1971. Nesse documento, Sara foi associada a integrantes do Partido Operário Comunista (POC), um dos grupos de oposição ao regime militar.

## 2.2 PARTICIPAÇÃO ESTUDANTIL

A pesquisa revelou que a maioria dos indivíduos identificados atuava inicialmente como estudantes de Biblioteconomia durante o regime militar. Esses jovens, imersos em um contexto acadêmico marcado pela vigilância constante e censura, engajaram-seativamente no movimento estudantil, buscando ampliar os espaços democráticos e resistir às práticas autoritárias do regime. Alguns continuaram o ativismo político após sua formação, enquanto outros optaram por trajetórias profissionais mais discretas.

Entre os documentos analisados, destaca-se um dossiê do SNI que detalha o movimento estudantil da UnB em 1970. Nele, figuram nomes de pelo menos oito estudantes vinculados ao Centro Acadêmico da Faculdade de Biblioteconomia e Informação Científica<sup>3</sup>, incluindo Edvaldo de Assis. Classificado como estudante marxista e considerado informante, Edvaldo foi incluído em uma lista de universitários inelegíveis para exercer o magistério devido à sua militância, conforme registros oficiais do regime.

<sup>3</sup>

Os membros da gestão eram: Aurora Barbosa, Dercy de Lima, Edvaldo de Assis, Geni Lourenço, Margarida Lima, Maria Mendes, Martha Campos e Yone Oliveira.

Figura 3 - Documento da Agência Central do SNI sobre Edvaldo.

NOME - EDVALDO DE ASSIS		
FILIAÇÃO -		
NATURAL DE -		
PROFISSÃO - Estudante		
DATA	FONTE	HISTÓRICO
12.2.68	DSI/MEC	BRASÍLIA/DF. Eleito em 25.10.67, para o DA. da Fac. de Biblioteconomia e Informação Científica da Univers. Federal de BRASÍLIA. (REF: Infão 18/DSI/MEC/68- ACE nº 681/68-) (FA).
14.3.68	SNI/ABSB	BRASÍLIA-DF Eleito a 25.10.67 para o Diretório da FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E INFORMAÇÃO CIENTÍFICA da Universidade de Brasília, de disfarçada tendência esquerdistas. (Ref: ACE 3.768/68) (FR).
17.09.68	SNI/ABSB	BRASÍLIA/DF O nome do marginado consta de relação de estudantes que iriam comparecer ao Congresso da UNE - entidade ilegal. (Ref: TELEK n° 1151/ABSB/68) FA
7-5-69	SNI/ABSB	O marginado figura numa relação de universitários e ex-universitários desta Capital, que não devem exercer o magistério, pelas suas atividades de caráter subversivo. (REF.: ACE- 816/69) JV
15.6.70	Informante	Estudante marxista de Brasília. (REF: ACE-91483/69) FZ

Fonte: Brasil (1970).

Edvaldo iniciou sua carreira na década de 1970, em um contexto de repressão da ditadura, dedicando-se inicialmente à prática profissional na Biblioteconomia e, posteriormente, também ao ensino. Sua atuação política, vinculada ao movimento estudantil e à resistência em momento de forte repressão, influenciou significativamente sua trajetória profissional. Documentos sugerem que ele esteve presente no XXX Congresso da UNE (Brasil, 1974), realizado em Ibiúna (SP), em 1968, ao lado de aproximadamente mil estudantes, entre eles Angela Alves<sup>4</sup>, Fernando Pereira<sup>5</sup>, Gerusa Rosas<sup>6</sup>, Kátia Campos<sup>7</sup>, Yone Oliveira<sup>8</sup> e Maria Liège Rocha<sup>9</sup>.

<sup>4</sup> Estudante de Biblioteconomia da Universidade Federal do Ceará.<sup>5</sup> Estudante de Biblioteconomia e Documentação da Universidade Federal Fluminense.<sup>6</sup> Estudante de Biblioteconomia da Universidade Federal de Pernambuco.<sup>7</sup> Estudante de Biblioteconomia e Documentação da Universidade Federal Fluminense, foi indiciada e encaminhada ao Depósito de Presas São Judas Tadeu, a ala feminina do DOPS/RJ.<sup>8</sup> Estudante e Presidente do Diretório Acadêmico de Biblioteconomia e Informação Científica na UnB. Era militante da Ação Popular Marxista-Leninista do Brasil e considerada uma das lideranças no movimento subversivo da instituição, ao lado de Edvaldo e Honestino Guimarães.<sup>9</sup> Estudante e Presidente do Diretório Acadêmico do curso de Biblioteconomia e Documentação da Universidade Federal da Bahia. Militante da Ação Popular Marxista-Leninista do Brasil. Presa em outros 3 momentos.

Gerusa Rosas foi presa em Ibiúna e encaminhada ao presídio Tiradentes, em São Paulo (São Paulo, 1973). Seu nome consta na lista de detidos do evento e também é citada em um depoimento de Guilhermina Bezerra da Rocha<sup>10</sup> (Pernambuco, 1972). Posteriormente, exilou-se em Bruxelas, onde estudou literatura, e depois na Tchecoslováquia, permanecendo sob vigilância das autoridades brasileiras, que temiam o retorno desses estudantes formados em países de influência comunista, considerados subversivos e capazes de ampliar redes de resistência no Brasil.

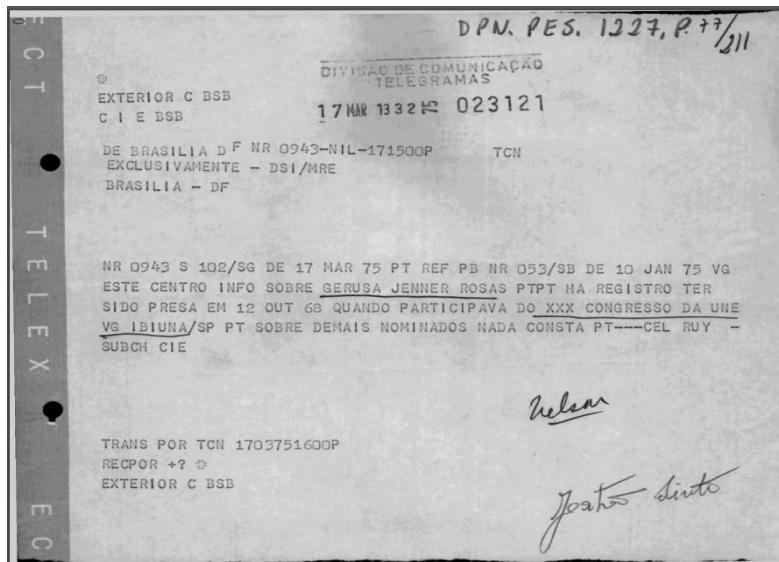
Seu exílio na Tchecoslováquia é corroborado nos documentos e relatos de Lenísia Duarte e de Iaromir Vesely (Brasil, 1977, 1980), que confirmam sua matrícula na Universidade XVII de Novembro, em Praga. Além disso, seu casamento com um mexicano a incluiu nas listas de brasileiros casados com estrangeiros provenientes de países considerados socialistas ou comunistas (Brasil, 1978) um grupo de interesse para os órgãos de segurança do regime militar.

Nos arquivos da Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores (DSI/MRE), há um registro (Brasil, 1975) referindo-se à prisão de Gerusa em Ibiúna, possivelmente em contexto de tentativa de retorno ao Brasil. Essa trajetória, marcada pelo exílio e vigilância contínua, evidencia os impactos da ditadura na vida dos estudantes que desafiaram o regime, ressaltando a importância de preservar suas histórias no campo da memória social.

10

Estudante do curso de Serviço Social da Universidade de Pernambuco e simpatizante do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário, foi presa em março de 1972 ao lado do seu marido, Ezequias Bezerra da Rocha, que, na ocasião, foi morto sob tutela do estado.

Figura 4 - Telegrama sobre Gerusa Rosas.



Fonte: Brasil (1975).

Assim como Gerusa, outra estudante monitorada foi Mercedes, natural de Ilhéus, formada em Biblioteconomia e Comunicação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Sua trajetória política teve início em 1968, quando ingressou na UFBA e começou a participar de atos e passeatas estudantis, integrando-se progressivamente ao movimento político da época. Foi presidente do Diretório Acadêmico em 1969 e logo se juntou com colegas para debater temas abordados no jornal *Política Operária* e, mais adiante, um grupo de estudos de literatura marxista.

Figura 5 - Nome de Mercedes em dossiê de membros da OCML-PO

✓ 13) MERCEDES FERREIRA GALVÃO-1958+ " " "CECÍLIA"

Fonte: Brasil (1972).

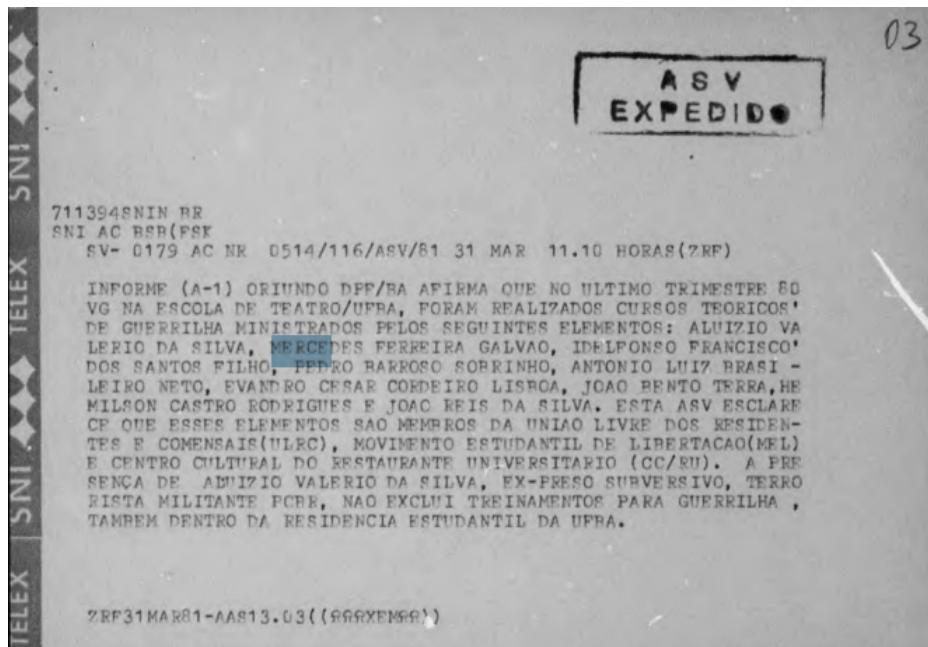
Pouco tempo depois passou a fazer parte da Organização de Combate Marxista-Leninista Política Operária (OCML-PO), atuando em células estudantis sob os codinomes “Renata” e “Cecília”. Na célula C-30 colaborou na organização da biblioteca da entidade, que funcionava em seu apartamento, local também utilizado para reuniões da célula.

Posteriormente, migrou para a célula C-10, onde assumiu responsabilidades no setor interno da organização, incluindo a distribuição de documentos e coordenação das discussões e estudos. Sua atuação destacou-se pela dedicação ao estudo e à disseminação de ideias marxistas, mesmo em um contexto marcado pela repressão e vigilância constante.

Em 1972, durante o desmantelamento da OCML-PO em Salvador, Mercedes foi presa e permaneceu detida por três meses no Quartel de Amaralina (Brasil, 1972). No ano seguinte, voltou a ser presa, ficando detida até 1974 na Casa de Detenção de Salvador (Brasil, 1974a).

Ainda no depoimento de 1972, ao ser questionada se voltaria às atividades subversivas após a prisão, afirmou considerar impossível retomar o contato com a organização — já então dissolvida —, mas declarou que seguia convicta de seus ideais e não pretendia abdicar de sua consciência política.

**Figura 6** - Telegrama sobre curso de guerrilha e ligação a organizações subversivas.



**Fonte:** Brasil (1981).

Na década de 1980, sua militância continuou por meio da participação em cursos teóricos de guerrilha na UFBA (Brasil, 1981) e do engajamento no Partido dos Trabalhadores (PT), onde figurou como membro do diretório regional em Duque de Caxias (RJ). Essa continuidade evidencia sua persistência na luta política para além do período autoritário. Em 23 de Abril de 2004 foi declarada anistiada política no Diário Oficial da União (Brasil, 2004).

Sérgio, era conhecido como Tomáz e em 1983, ocupou o cargo de Segundo Secretário do Diretório Acadêmico do Curso de Biblioteconomia e Documentação da UFF. De acordo com documentos do SIAN, Sérgio esteve preso em pelo menos duas ocasiões durante o regime militar. O primeiro registro consta em uma lista do Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) do 1º Batalhão da Polícia do Exército, datada de 1971, indicando que já era monitorado desde o início da década.

O segundo registro (Brasil, 1983) relata a situação de alguns membros da Ação

Libertadora Nacional (ALN), o Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT) e a Resistência Democrática Nacional (REDE). O documento aponta que ele estava preso no momento da elaboração da lista, evidenciando a continuidade de sua militância e resistência ao longo de diferentes períodos da ditadura militar.

**Figura 7** - Sérgio em lista de relacionados a organizações subversivas.

NOME	SITUAÇÃO ATUAL	CODINOME
SAMUEL FLORENTINO DE OLIVEIRA		GOUVÉIA
SANDRA MARIA	PRÉSA	ANITA
SANDRA DE NEGRÃO BRIZOLÁ		
SEBASTIANA CORRÊA BITTENCOURT GUILHERMES	PRÉSA	
SEBASTIÃO MENDES FILHO	PRÉSO	
SÉRGIO CAPOZZI	PRÉSO	MÁRIO
SÉRGIO FRANCISCO DARGUIL	PRÉSO	
SÉRGIO LUIZ TOMAZ DA SILVA	PRÉSO	TOMAZ

**Fonte:** Brasil (1983).

## 2.2 ILMA NORONHA - TRAJETÓRIA ATRAVÉS DE TESTEMUNHOS

Para aprofundar a compreensão das experiências de resistência e repressão vivenciadas por Ilma Noronha, esta seção visa reconstruir sua trajetória através de seu depoimento prestado à CNV, entrevista concedida à pesquisadora Ribeiro (2011) e uma breve pesquisa sobre sua atuação no período democrático.

A CNV, criada no Brasil em 2011 pela Lei nº 12.528/2011, teve como missão investigar as violações de direitos humanos ocorridas entre 1946 e 1988, com um foco especial no período da ditadura militar (1964-1985). Suas atribuições incluíam apurar os fatos e responsabilidades, identificar as vítimas e seus familiares, e recomendar medidas para a reconciliação nacional, além de garantir que violações semelhantes não se repetissem.

O depoimento de Ilma oferece um relato em primeira pessoa das condições de clandestinidade, da militância armada e das prisões sofridas, além do impacto dessas experiências em sua vida pessoal e familiar. Sua narrativa constitui uma fonte primária valiosa para compreender não apenas o contexto político da época, mas também os desafios enfrentados por aqueles que atuaram na resistência ao regime.

Ilma Noronha relata ter crescido em um ambiente de forte letramento político e consciência social, tendo sido estimulada desde cedo ao engajamento político. Ainda jovem, participou do grêmio estudantil do ensino médio, onde conviveu com militantes e debates sobre o cenário político brasileiro, o que a impulsionou à militância. Inicialmente, associou-se à Ala Vermelha do Partido Comunista do Brasil (PC do B) e, posteriormente, integrou a ALN, uma das principais organizações de resistência armada ao regime militar.

No âmbito da ALN, Ilma desempenhou atividades de inteligência, incluindo o levantamento detalhado de informações sobre autoridades, bancos e instituições públicas, que serviam ao planejamento de ações clandestinas, como sequestros.

Ela relata:

Nós ficamos mais na área de planejamento [...] então nós fazíamos todos os levantamentos dos bancos, recebíamos os endereços, íamos, pesquisamos, entrávamos, víamos o movimento, qual era o caminho de entrada, possíveis rotas de fuga, tudo a pé. Depois nós recebemos também a incumbência de fazer um levantamento, um planejamento para vários sequestros. Nós recebemos uma lista enorme, e começamos a fazer os levantamentos. Quando o Domingos [Domingos Fernandes<sup>11</sup>] caiu, ele caiu com essa lista de pessoas para serem sequestradas, inclusive, isso foi na época do triunvirato, da Junta Militar. Nós fizemos um levantamento detalhadíssimo da vida, horário, rota, dos três [Presidentes Militares]. Tinha mais gente, mas assim, o que ficou marcado pra mim, porque esse foi um trabalho longo, foram os três, um morava na Urca, seis horas da manhã já estávamos na Urca, o outro na Ilha do Governador, o terceiro eu já

<sup>11</sup>  
Estudante do curso de Serviço Social da Militante da ALN preso em dezembro de 1969, uns dos 40 presos que tiveram sua liberdade negociada no sequestro do embaixador da Alemanha Ocidental Ehrenfried von Holleben em 1970.

não me lembro. Então essa era, eu acho que foi uma das últimas fases do nosso trabalho, que aí caiu tudo isso [...] (Noronha, 2009 *apud* Ribeiro, 2011).

Militante do Grupo Tático Armado (GTA), Ilma Noronha foi presa pela primeira vez em 1969, ao lado de seu então namorado, Rômulo<sup>12</sup>. Ambos foram denunciados por um falso companheiro, mas liberados no mesmo dia por falta de provas. Em 1970, Rômulo foi preso novamente e encaminhado ao presídio de Ilha Grande e Ilma, grávida de sua filha Tânica, foi obrigada a viver na clandestinidade.

**12**  
Rômulo Noronha, militante da ALN

Tânica nasceu em novembro de 1970, em uma maternidade no bairro de Botafogo, Rio de Janeiro. Ilma chegou sozinha, já em trabalho de parto, e conseguiu ser atendida sem levantar suspeitas, seguindo orientações da ALN. No dia seguinte, foi organizado um elaborado esquema de segurança para garantir que mãe e filha saíssem sem serem notadas: membros da ALN cercaram a maternidade e Maria Lise<sup>13</sup> entrou disfarçada como amiga de outra paciente, levando roupas, peruca e uma cesta de frutas, que usou para distrair as outras mães enquanto Ilma e Tânica deixavam o local.

**13**  
Maria Alice Campos Freire, integrante da ALN.

Nos meses seguintes, mãe e filha permaneceram em constante mudança para evitar a captura, chegando a se abrigar em um apartamento alugado pela ALN no bairro de Piedade. Lá, ao lado de Hélcio Pereira Fortes<sup>14</sup>, adotaram a fachada de um casal recém-casado com uma bebê, estratégia que reduzia o risco de identificação pelas autoridades.

**14**  
Dirigente da ALN, morto sob tutela do estado em janeiro de 1972.

Em fevereiro de 1972, Ilma foi presa novamente durante uma operação policial. Cercada, saiu pela porta da frente com a filha no colo, enquanto outros membros da organização conseguiram fugir pelos fundos. Mesmo assim, Ilma conseguiu salvar documentos importantes, lançando-os por cima do muro para impedir que fossem apreendidos.

A polícia chegou lá de madrugada, cercou a casa. Minha combinação com Hélcio era que ele tinha que chegar até às 21 horas, era o nosso código. Se não chegasse era porque alguma coisa muito grave tinha acontecido, e eu teria que sair até às 7 horas do dia seguinte. Não sairia de madrugada porque com o bebê chamaria mais atenção. Fui esvaziando a casa, queimando documentos, escondendo as armas. Quando eu abri a porta com a Tânia no colo, pronto (Noronha, 2014.)

Encaminhada ao DOI-CODI do 1º Batalhão da Polícia do Exército, foi submetida a torturas, separada da filha e confinada por cerca de vinte dias em uma cela conhecida como “geladeira”. Em seu depoimento, Ilma descreve o sofrimento físico e psicológico vivido nesse período, destacando a angústia constante pela filha e as condições degradantes da prisão:

Só pensava na minha filha, sabia que eu não podia vacilar [...] Era uma cela grande, muito fria, muito fria, em alguns momentos tinha uma barulhada. Era como se fosse pancada mesmo. E a pessoa que abria lá a porta, só abria pra olhar e aí eu corria, pelo menos na minha cabeça a cela era grande porque eu ficava sentada lá no fundo, aí mas eu observava o ruído da caminhada deles no corredor, por isso eu corria lá pra quando eles abrirem a porta falava “moço, levaram minha filha”, aí o cara batia a porta e ia embora, então eu voltava pro meu canto, então essa era a minha rotina lá dentro. (Noronha, 2014)

Tânia foi resgatada no dia seguinte à prisão por sua avó materna, esposa de um militar, que possuía conhecimento e acesso aos trâmites internos do aparato repressivo. Ela conseguiu contato com o Major Demiurgo<sup>15</sup>, responsável pelo DOI-CODI do Rio de Janeiro. Ilma relata que o próprio Major chegou a admitir que cogitou ficar com Tânia para si, alegando ter uma filha de idade semelhante. A ausência de documentos da criança facilitava essa possibilidade, que foi evitada graças à atuação dos avós.

Com Rômulo preso em Ilha Grande e Ilma detida no DOI-CODI, Tânia permaneceu sem registro oficial, vivendo com a família de Rômulo. Em depoimento

15

Major Francisco Demiurgo Santos Cardoso, envolvido no assassinato do ex-deputado Rubens Paiva.

à CNV, em 2014, Rômulo relatou que, em uma audiência de 1972, solicitou ao juiz autorização para casar-se com Ilma e registrar oficialmente a filha. Esse pedido visava formalizar a situação familiar e assegurar o reconhecimento legal da prisão de Ilma e da existência de Tânia, diante do temor de que ambas pudessem desaparecer.

O juiz aceitou o pedido e, em agosto de 1972, Rômulo e Ilma se casaram. Na ocasião, Ilma já havia sido libertada e devolvida à sua família, sob a condição de se apresentar todas as quartas-feiras à tarde no 1º Batalhão da Polícia do Exército para assinar o ponto. Ela cumpriu essa obrigação por pouco mais de dois anos, como parte dos termos da liberdade provisória.

Quando questionada sobre seus sentimentos e se em algum momento sentiu medo diante de tudo que viveu, Ilma respondeu:

Olha é, eu [não] posso dizer que meu sentimento era de medo não. Eu estava muito preparada pro que desse e viesse. A única coisa que eu não estava preparada era pra ficar sem minha filha. Quando eu entrei na luta armada, diferente de muitos companheiros [...] eu tinha muita consciência de onde eu estava entrando, eu não posso dizer que em algum momento eu fui porque alguém me levou não, ou porque eu não soubesse o que me aguardava. Eu tinha muita clareza de que a situação estava ficando cada vez mais difícil, chamei o Rômulo quando vi que estava grávida e falei “nós temos que tomar uma decisão, ou a gente sai da luta e vai ter esse filho, ou a gente não pode enfim...” que eram coisas inconciliáveis. Mas a partir do momento que o Rômulo falou “não, nós vamos, eu vou ficar” eu falei “eu também fico”. Eu estava preparada para morrer (Noronha, 2014).

Em 1978, com sua participação na militância já reduzida, Ilma redirecionou sua trajetória profissional ao ingressar na antiga Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado do Rio de Janeiro (FEFIERJ)<sup>16</sup>, onde cursou Biblioteconomia.

16 Atualmente conhecida como Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio)

Eu estava tão perdida que eu fiquei pensando “mas eu vou estudar, vou fazer o que?” Aí eu falei “vou fazer português-russo”, ainda foi naquela época que a União Soviética ainda era símbolo da mudança né. Eu fui para UFRJ,

comecei a fazer esse curso, aí depois eu comecei a botar mais o pé no chão e falei “o que eu vou fazer com esse curso?”. Fiz outro vestibular e fui fazer Biblioteconomia que é uma coisa mais aplicada [...]. Essa coisa do trabalho, do estudo, acho que isso foi fundamental para mim, pra poder organizar minha vida, poder ser uma mãe presente, enfim, uma mãe (Noronha, 2014).

Após o período de repressão, durante a reabertura democrática, Ilma buscou uma vida discreta, centrada no trabalho, nos estudos e na criação dos filhos. Contudo, a transição para essa nova fase foi marcada por desafios, especialmente porque seu companheiro Rômulo permaneceu preso até 1979, exigindo dela cautela e discrição. Em uma ocasião, encontrou um dos policiais responsáveis por sua tortura no DOI-CODI.

Ela [sogra] não me disse onde era a seresta, era no clube não sei que das quantas, um Clube do Exército, aí eu, caramba vim parar nesse clube... Mas entramos, sentamos numa mesinha. Dali a pouco chegou um sujeito, sentou na mesa em frente e começou a me olhar [...] aí lá pelas tantas ele me chamou assim num outro canto e falou “eu estou te conhecendo, mas não sei de onde... já sei, você se chama Ilma Horsth”, aí o cara começou o maior discurso, “você está vendo Ilma, gostei muito de te encontrar aqui, porque você está vendo que nós somos pessoas absolutamente normais, não tem nada disso que estão falando, olha, eu sou presidente deste clube, e tenho muito prazer em te receber, poderia nem te receber, mas tenho muito prazer em te receber”. E eu me lembro, ele tinha metido a porrada lá numa menina desse grupo que chegou depois e ele deu uma mordida na perna dela e ficaram os dois rodando e ele bateu muito nela [...] aí quando minha sogra chegou partiu pra cima dele, foi bem agressiva com ele, aí ficou aquela conversa muito desagradável, [ele disse] “eu sei que a senhora é mãe do Rômulo”, ela falou “é o que vocês fizeram com meu filho não se faz, eu também sou mulher de um militar, foi muito ruim” (Noronha; Ilma, 2009 *apud* Ribeiro, 2011).

Com o passar dos anos, Ilma enfrentou o apagamento natural das memórias traumáticas, demonstrando dificuldade em rememorar certos episódios. Essa repressão das lembranças é um mecanismo comum e compreensível diante das

graves violações de direitos humanos sofridas, funcionando como defesa mental e emocional. No entanto, seus depoimentos, assim como os de outras vítimas, são fundamentais para a busca da verdade e da justiça, contribuindo para a construção de um registro histórico mais completo sobre os abusos durante a ditadura militar.

Em 1975, Ilma iniciou sua carreira na Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), onde, ao longo de sua trajetória, ocupou cargos importantes como chefe da biblioteca do Instituto Fernandes Figueira, diretora do Centro de Informação Científica e Tecnológica em Saúde e liderança em sindicatos de servidores. Destacou-se na coordenação de projetos de informação em saúde, contribuindo para a implantação de bibliotecas hospitalares e para a criação de sistemas e programas de pós-graduação em comunicação científica na Fiocruz.

Reconhecida por sua resistência à repressão durante a ditadura militar, Ilma recebeu, em 2018, a Medalha Chico Mendes de Resistência, e sua história foi retratada no documentário *Um punhado de bravos* (2022), dirigido por Sergio Ross. Participou ativamente de debates e produções sobre o período, reforçando seu legado como militante e profissional da informação. Em 2024, seu trabalho foi homenageado com a inauguração de um painel e a nomeação de um pavilhão no campus da Fiocruz em sua memória.

Quando questionada sobre as reparações que esperava do Estado brasileiro, Ilma declarou:

O que o estado pode fazer hoje? Pedir perdão. O reconhecimento da minha participação nesse processo de reconstrução de um Brasil mais justo, e que ainda tem que deixar de ser menos desigual [...] eu considerava aquilo um horror, uma situação que não cabia, num país, em país nenhum. Mas nós enquanto brasileiros não podíamos aceitar, então eu sempre achei que a gente tinha que mudar [...] contribuir para que o país melhorasse. (Noronha, 2014).

As histórias de resistência e militância dos profissionais e estudantes aqui apresentados revelam a complexidade e o alcance da atuação de estudantes e profissionais da área durante o período do golpe civil-militar. Antônio, Edvaldo, Gerusa,

Mercedes, Sérgio e Ilma, assim como vários outros, cada um à sua maneira, ilustram as múltiplas formas de engajamento político que ultrapassaram os limites acadêmicos e profissionais, assumindo riscos pessoais e profissionais consideráveis. Suas trajetórias, são exemplos que a luta pela democratização da informação, a manutenção do cunho humanista e social da profissão está também intrinsecamente ligada à luta pela liberdade política e social.

Esses relatos demonstram ainda que, embora submetidos a processos severos de perseguição, esses indivíduos mantiveram suas convicções e estratégias de resistência, seja no interior das universidades, em organizações clandestinas ou em movimentos sociais mais amplos. A atuação desses sujeitos desafia a ideia de que a Biblioteconomia seria um campo neutro, destacando seu papel como espaço de disputa política e ética, ainda que discreto, onde o acesso à informação se configura como um ato de resistência em contextos autoritários.

### **3 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As estratégias de resistência adotadas pelos bibliotecários, bibliotecárias e estudantes de Biblioteconomia aqui abordados, revelam um panorama multifacetado de enfrentamento à censura e repressão. A análise demonstra que esses profissionais participaram de organizações políticas, movimentos estudantis e redes clandestinas que buscavam preservar o acesso à informação e a liberdade de pensamento. Suas ações vão desde o engajamento em atividades armadas até práticas cotidianas de proteção e disseminação de materiais censurados.

Por meio das fontes documentais foi possível reconstruir as trajetórias de resistência de profissionais como Antonio Agenor Briquet de Lemos, Edvaldo Assis, Gerusa Rosas, Ilma Noronha, Mercedes Galvão, Sara Jakobson e Sérgio Tomaz da Silva. Esses relatos ampliam a compreensão sobre o papel desses agentes da informação na luta contra o autoritarismo e contribuem para a recuperação de parte da memória frequentemente invisibilizada da Biblioteconomia no contexto histórico brasileiro.

Este recorte contribui para a reflexão sobre o papel dos bibliotecários e bibliotecárias enquanto agentes políticos e éticos, cujo compromisso ultrapassa os espaços físicos das bibliotecas, envolvendo a defesa da democratização do conhecimento e dos direitos humanos. Documentar e preservar essas histórias fortalece a importância da memória e da verdade na construção de uma sociedade plural e democrática, na qual a circulação livre da informação é um valor fundamental.

É fundamental reconhecer que o papel social e político do bibliotecário não se restringe a momentos de crise política ou repressão, mas deve estar presente no cotidiano, promovendo ambientes informacionais inclusivos, transparentes e críticos. Esse compromisso ético perpassa desde a formação de futuros profissionais até a prática diária, sendo essencial para fortalecer uma Biblioteconomia comprometida com os direitos humanos e com a construção de uma sociedade mais justa e democrática. As memórias recuperadas nesta pesquisa são um convite à reflexão para que a classe se mantenha vigilante e engajada, não apenas em períodos autoritários, mas sempre que houver riscos à liberdade intelectual.

Por fim, espera-se que este estudo sirva como insumo para futuras investigações que aprofundem a análise das práticas de resistência na área da Ciência da Informação e fortaleçam a formação de profissionais críticos, conscientes do impacto social e político de suas atuações. Valorizar essas experiências contribui para que o legado de luta e memória oriente o futuro da Biblioteconomia e da Ciência da Informação no Brasil.

## **FINANCIAMENTO**

CAPES

## **REFERÊNCIAS**

ARAÚJO, Eliany Alvarenga de. **A palavra e o silêncio:** biblioteca pública e estado autoritário no Brasil. João Pessoa: UFPB, 2002.

BEZERRA, André. Ilma Noronha recebe 30ª Medalha Chico Mendes de Resistência. **Fiocruz**, Rio de Janeiro, 4 abr. 2018. Disponível em: <https://fiocruz.br/noticia/2018/04/ilma-noronha-recebe-30a-medalha-chico-mendes-de-resistencia>. Acesso em: 7 jul. 2025.

BRASIL. **Decreto-lei nº 1.077, de 26 de janeiro de 1970.** Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1965-1988/del1077.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/del1077.htm) Acesso em: 7 jul. 2025.

BRASIL. **Lei nº 12.528, de 18 de novembro de 2011.** Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/l12528.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12528.htm) Acesso em: 7 jul. 2025.

BRASIL. Ministério de Estado da Justiça. Portaria nº 1.106, de 23 de abril de 2004. [Declara Mercedes Ferreira Galvão anistiada política]. **Diário Oficial da União:** Seção 1, Brasília, DF, ano 141, n. 78, p. 30, 26 abr. 2004.

BRASIL. Serviço Nacional de Informações, Agência Central. **Curso teórico de guerrilha.** Brasília, 1981. Arquivo Nacional, Fundo Serviço Nacional de Informações. Dossiê BR DFANBSB V8.MIC, GNC.PPP.81001959. Disponível em: <https://sian.an.gov.br/>. Acesso em: 8 jul. 2025.

BRASIL. Serviço Nacional de Informações, Agência Central. **Elementos indiciados em inquérito no Distrito Federal.** Brasília, 1973. Arquivo Nacional, Fundo Serviço Nacional de Informações. Dossiê BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.73053973. Disponível em: <https://sian.an.gov.br/>. Acesso em: 8 jul. 2025.

BRASIL. Serviço Nacional de Informações, Agência Central. **Lenisia Duarte Leite e outros.** Brasília, 1980. Arquivo Nacional, Fundo Serviço Nacional de Informações. Dossiê BR DFANBSB V8.MIC, GNC. AAA.80006334. Disponível em: <https://sian.an.gov.br/>. Acesso em: 8 jul. 2025.

BRASIL. Serviço Nacional de Informações, Agência Central. **Movimento estudantil na Universidade de Brasília.** Brasília, 1970. Arquivo Nacional, Fundo Serviço Nacional de Informações. Dossiê BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.70014449. Disponível em: <https://sian.an.gov.br/>. Acesso em: 8 jul. 2025.

BRASIL. Serviço Nacional de Informações, Agência Central. **Prisão de subversivo e propaganda comunista.** Brasília, 1972. Arquivo Nacional, Fundo Serviço Nacional de Informações. Dossiê BR DFANBSB V8. MIC, GNC.AAA.72047772. Disponível em: <https://sian.an.gov.br/>. Acesso em: 8 jul. 2025.

BRASIL. Serviço Nacional de Informações, Agência Central. **XX CONGRESSO DA UNE<sup>17</sup>.** Brasília, 1974. Arquivo Nacional, Fundo Serviço Nacional de Informações. Dossiê BR DFANBSB V8. MIC, GNC.AAA.74112996. Disponível em: <https://sian.an.gov.br/>. Acesso em: 8 jul. 2025.

17

Apesar do título, o documento refere-se ao XXX Congresso da UNE.

BRASIL. Serviço Nacional de Informações, Agência de Goiânia. **Elementos envolvidos com organizações subversivas.** Goiânia, 1983. Arquivo Nacional, Fundo Serviço Nacional de Informações. Dossiê BR DFANBSB V8.MIC, GNC.RRR.83004791. Disponível em: <https://sian.an.gov.br/>. Acesso em: 8 jul. 2025.

BRASIL. Serviço Nacional de Informações, Agência de Porto Alegre. **OLIVEIRA, Eurico Kramer de; JAKOBSON, Sara Rottman; SILVA, Lourdes Catharina Josephina Gregol Fagundes da.** Porto Alegre, 1982. Arquivo Nacional, Fundo Serviço Nacional de Informações. Dossiê BR DFANBSB V8.MIC, GNC. GGG.82005375. Disponível em: <https://sian.an.gov.br/>. Acesso em: 8 jul. 2025.

BRASIL. Serviço Nacional de Informações, Agência de Salvador. **OCML PO.** Salvador, 1972. Arquivo Nacional, Fundo Serviço Nacional de Informações. Dossiê BR DFANBSB V8 MIC, GNC.PPP.82002996. Disponível em: <https://sian.an.gov.br/>. Acesso em: 8 jul. 2025.

BRASIL. Serviço Nacional de Informações, Agência de São Paulo. **Cursos realizados por brasileiros em países socialistas.** São Paulo, 1978. Arquivo Nacional, Fundo Serviço Nacional de Informações. Dossiê BR DFANBSB V8.MIC, GNC.EEE.82010832. Disponível em: <https://sian.an.gov.br/>. Acesso em: 8 jul. 2025.

BRASIL. Serviço Nacional de Informações, Agência de São Paulo. **Iaromir Vesely.** São Paulo, 1977. Arquivo Nacional, Fundo Serviço Nacional de Informações. Dossiê BR DFANBSB V8.MIC, GNC.EEE.80004522. Disponível em: <https://sian.an.gov.br/>. Acesso em: 8 jul. 2025.

BRASIL. Serviço Nacional de Informações, Divisão de Comunicação Telegramas. **[Telegrama sobre registro de prisão de Gerusa Rosas no XXX Congresso da UNE].** Brasília, 1975. Arquivo Nacional, Fundo Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores. Dossiê BR DFANBSB Z4.DPN. PES, PFI.1227. Disponível em: <https://sian.an.gov.br/>. Acesso em: 8 jul. 2025.

CHAFFE, Bruna Abatti. **A ditadura militar no Brasil e o controle da informação:** relatos de censura

nas bibliotecas da UFRGS. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Biblioteconomia) – Departamento de Ciências da Informação. Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

FICO, Carlos. Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org.). **O Brasil republicano: o tempo da ditadura - regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

LEITÃO, Bárbara Júlia Menezello. **Bibliotecas públicas, bibliotecários e censura na Era Vargas e Regime Militar**. Rio de Janeiro: Interciência, 2011.

NORONHA, Ilma Maria Horsth. Tomada de testemunho [Transcrição do depoimento]. Rio de Janeiro, 2014. In: COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. **Depoimentos de vítimas civis**. Disponível em: [https://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/vitimas\\_civis/Ilma\\_Maria\\_Horsth\\_Noronha.pdf](https://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/vitimas_civis/Ilma_Maria_Horsth_Noronha.pdf). Acesso em: 8 jul. 2025.

PERNAMBUCO (Estado). Secretaria de Segurança Pública. **[Caso Guilhermina Bezerra da Rocha]**. Pernambuco, 1972. Arquivo Nacional, Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Dossiê BR DFANBSB AT0.0.0.472. Disponível em: <https://sian.an.gov.br/>. Acesso em: 8 jul. 2025.

PORTO, Luane Neves de Souza; THIESEN, Icléia. Bibliotecários na resistência à ditadura: entre lembranças e esquecimentos. **Informação@Profissões**, [s. l.], v. 10, n. 2, p. 89–107, 2021. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/infoprof/article/view/44478>. Acesso em: 7 jul. 2025.

RIBEIRO, Maria Cláudia Badan. **Experiência de luta na emancipação feminina: mulheres na ALN**. 2011. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Segurança Pública, Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo. **Resultados dos Processos de Ibiúna - SP**. São Paulo, 1973. Arquivo Nacional, Fundo Serviço Nacional de Informações. Dossiê BR DFANBSB V8.MIC, GNC.EEE.80003019. Disponível em: <https://sian.an.gov.br/>. Acesso em: 8 jul. 2025.

THIESEN, Icleia; FROTA, Maria Guiomar da Cunha. Os arquivos do Sistema Nacional de Informação e Conta-informação e o papel dos manuais na recuperação de informações sensíveis. **Revista Informação & Sociedade: estudos**, João Pessoa, v. 30, n. 4, p. 1-18, out./dez. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/57344>. Acesso em: 7 jul. 2025.

TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: o golpe contra as reformas e a democracia. **Revista Brasileira de História**. Associação Nacional de História - ANPUH, São Paulo, v. 24, n. 47, p. 13-28, 2004.

VEIGA, Evangelina de Azevedo; JAKOBSON, Sara. Roitman. Índice em cadeia. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 3 n. 1, p. 69-78, 1974. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/42>. Acesso em: 7 jul. 2025.

VERGUEIRO, Waldomiro de Castro Santos. Censura e seleção de materiais em bibliotecas: o despreparo dos bibliotecários brasileiros. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 16, n. 1, jan./ jun. 1987. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/266>. Acesso em: 7 jul. 2025.